

A identidade e a subjetividade cultural surda em vistas à inclusão

*Silvana Marques da Silva**
*Benedito Rodrigues dos Santos***
*Gabriel Artur Marra e Rosa****

Resumo

Este artigo tem como foco a análise teórica da constituição da identidade cultural e da subjetividade surda, com o objetivo de promover seu reconhecimento como uma diferença cultural e de aprimorar o processo de inclusão dos surdos no sistema de ensino e na sociedade. Para tanto, o artigo propõe uma revisão crítica da literatura especializada na temática da identidade e da subjetividade surda, cujo intuito é averiguar até que ponto essa literatura é capaz de elucidar as principais características da identidade dos surdos e quais são as questões que perpassam o paradigma da inclusão. Os resultados atestam a necessidade de uma mudança profunda e urgente no processo de inclusão dos surdos, considerando a participação desses sujeitos na construção de um novo modelo de inclusão que, além da língua, atenda também a outras especificidades desse grupo social, pois os surdos seguem à margem social e não se desenvolvem de acordo com as suas potencialidades. Este artigo conclui que, embora a legislação referente à inclusão tenha avançado, ainda há contradição nas práticas inclusivas, o que acentua a sensação de opressão e exclusão dos surdos, pois estes se sentem condicionados a expressarem a sua identidade de acordo com o padrão majoritário da sociedade ouvinte.

Palavras-chave: Movimento surdo; Inclusão; Identidade.

* Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

** Professor doutor da Universidade Católica de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

*** Professor doutor da Universidad del Salvador, Buenos Aires, Argentina.

Identity and deaf cultural subjectivity towards inclusion

Abstract

This paper proposes a theoretical analysis of cultural identity and subjectivity of deaf people, in order to promote its recognition as cultural diversity and enhance the process of deaf inclusion in the educational system and in society. Therefore, this paper presents a critical literature review on the following topics: deaf identity and subjectivity, in order to ascertain the extent to which the literature is able to elucidate what are the main features of deaf identity and what are the issues underlying the inclusion paradigm. The results point to the need for a thorough and urgent change in the process of inclusion, considering the active participation of deaf people in developing a new model of inclusion which, in addition to language, also meets other peculiarities related to diversity, because the deaf community is still marginalized and do not develop its full potential. This paper concludes that, although the legislation has advanced greatly, there is still a deep contradiction in inclusive practices, which accentuates the feeling of oppression and exclusion of deaf people, because they feel pressured to express their identity in accordance with the standard hearing society.

Keywords: Deaf movement; Identity; Inclusion.

Introdução

A comunicação é um elemento fundamental para o processo de constituição da identidade e para o desenvolvimento do ser humano. Esse processo ocorre mediante a interação com o mundo e com os outros humanos em ambientes propícios. O surdo, no contexto dos ouvintes, nasce em uma situação desfavorável à estimulação linguística, o que ocasiona efeitos adversos ao processo de construção de sua identidade e, por conseguinte, ao exercício pleno da sua cidadania e em seu meio social.

O presente artigo tem o objetivo de realizar, por meio de revisão crítica da literatura especializada, uma análise acurada a respeito de como se constitui a identidade cultural dos surdos e como essa identidade torna-se uma referência primordial para a subjetividade desses sujeitos. O que está em questão, portanto, é a problemática que envolve a surdez, a identidade e a subjetividade dos surdos, representada no movimento sociocultural dessa minoria, que busca afirmar-se como um grupo identitário, linguístico e culturalmente diferenciado. Essa busca visa ao aprimoramento da inclusão dos surdos em diferentes âmbitos, como é o caso da escola, além do fomento de políticas públicas que possam transcender o campo do assistencialismo e promover efetivamente o desenvolvimento global dessa minoria linguística.

No contexto de análise da linguagem como elemento fundamental para a comunicação, Capovilla (1997) assinala que a linguagem tem uma função tanto intrapessoal como interpessoal, sendo imprescindível, para o ser humano, a aquisição de condições de se desenvolver linguisticamente até quatro ou seis anos de idade. Esse

período do desenvolvimento é considerado crítico e, quando não aproveitado, pode gerar sequelas. A deficiência auditiva severa e profunda é suficientemente grave para impedir a aquisição normal da linguagem oral. Consequentemente, a comunicação tende a ser prejudicada nas crianças com surdez pré-linguística, o que ocasiona dificuldades em seu desenvolvimento pleno porque a linguagem marca o ingresso do ser humano na cultura, construindo-o como sujeito transformador do seu meio.

Geralmente, as pessoas que adquirem a surdez pré-linguística desenvolvem uma relação natural com a sua condição de surdos, principalmente quando são expostas precocemente à língua de sinais por meio do convívio com grupos de surdos. De acordo com Moreira e Silva (2013), a língua de sinais é a língua natural do surdo e constitui-se como uma base para a conformação da sua cultura e identidade. Assim, partindo do princípio de que a maioria das pessoas se comunica utilizando a língua oral, as pessoas com surdez tendem a se diferenciar das que não possuem surdez pelo fato de se comunicarem através de um código visual, que é a língua de sinais. Por isso, a partir da condição de surdos, essas pessoas transportam consigo essa marca distintiva que se torna não apenas uma referência de identidade para elas, mas também o que as distingue das demais pessoas consideradas normais e oferece uma imagem de reconhecimento próprio, que lhes é adjudicada pela forma como elas são vistas pelos outros (BOURDIEU, 1966).

A literatura especializada sobre o tema da identidade revela que não há um conceito uniforme, mas sim certo consenso a respeito da relevância do processo de comparação entre semelhança e diferença na constituição da identidade (ROSA, 2014; LIMA, 2009). A configuração identitária, sob esta perspectiva, decorre desse processo e permite aos indivíduos elaborar e manter conhecimentos sobre eles mesmos e sobre os diferentes grupos aos quais eles pertencem e com os quais eles estão em interação ou não (TURNER; HOGG; OAKES; REICHER & WETHERELL, 1987), conformando assim um sentimento de identidade (KIMMEL & WEINER, 1998). No caso dos surdos, esse processo de comparação entre semelhança e diferença tende a ocorrer, sobretudo, a partir da surdez. Com efeito, essa peculiaridade engendra uma produção subjetiva oriunda dessa identidade e do sentimento compartilhado com os outros surdos a respeito deles próprios e de suas relações com a sociedade ouvinte. Portanto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de uma melhor compreensão da correlação entre a identidade cultural e a subjetividade dos surdos, para que se possa repensar os estudos e as políticas dirigidas a essas pessoas.

A identidade cultural surda

Os grupos de pessoas surdas não são homogêneos, mas possuem características próprias, formas de perceber o mundo e interagir com ele, além de uma produção cultural específica, como ocorre também com os outros grupos sociais. Neste contexto, o conceito povo surdo representa uma referência coerente para os grupos de surdos. Strobel (2008) define esse conceito de “povo surdo” com base nos sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística. Essa ligação se dá por meio da língua de sinais, da cultura surda ou de quaisquer ou-

tros laços que os identifiquem. Sendo assim, todos os surdos do mundo constituem o povo surdo.

A partir dessa introdução, infere-se que a surdez caracteriza-se por possuir traços em comum, os quais lhe conferem uma identidade específica às pessoas que compartilham esses traços, tais como a utilização de uma língua de sinais, um modo semelhante de ser e de atuar no mundo, bem como uma forma de organizar o pensamento e a linguagem que transcendem as formas ouvintes. Essa identidade está relacionada tanto ao sujeito surdo como ao povo surdo. Sacks (2010, p. 43), nesta perspectiva, ressalta que: “A existência de uma língua visual demonstra a riqueza e a flexibilidade do organismo humano no processo de adaptação, revelando potenciais desconhecidos, quais sejam os infinitos recursos de sobrevivência e transcendência da nossa natureza e cultura”. Habitualmente, as identidades surdas são construídas a partir de comportamentos transmitidos coletivamente pelos surdos. Deste modo, quando os surdos se identificam, sentem-se motivados a valorizar a sua condição cultural e adquirem autoconfiança nas suas relações e na afirmação da sua identidade. Inicia-se, assim, uma relação intercultural com a sociedade ouvinte que tem como base o posicionamento do surdo como pessoa diferente, não mais apenas como deficiente. A percepção familiar que a convivência surda propicia a esses sujeitos surge basicamente da necessidade vital de comunicação, pois, nas famílias ouvintes, a comunicação com os surdos apresenta inúmeros obstáculos a serem superados. Sob esta ótica, é lícito afirmar que esses sujeitos, quando encontram aos seus semelhantes, consideram-se como numa família e constituem os grupos ou agrupamentos de surdos. Neste ponto, cabe assinalar que a interação entre crianças surdas é de extrema importância para a formação da identidade dessas pessoas, bem como a interação com instrutores surdos, que possam transmitir a língua de sinais (GIAMMELARO; GESUELI; SILVA, 2013).

Seguindo por esse caminho de análise da identidade surda com vistas à inclusão, é preciso ressaltar que, segundo Hall (2006), a identidade cultural diz respeito aos aspectos relacionados ao nosso pertencimento às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Entretanto, para o referido autor, as identidades tradicionais que durante muito tempo estabilizaram o mundo social, atualmente, entraram em declínio e passaram a gerar novas identidades e a fragmentar a identidade do indivíduo moderno. Como consequência, gerou-se a chamada crise de identidade, a qual denota que assim como a cultura, a identidade é um fenômeno em constante movimento, ou seja, em constante transformação.

Para Perlin (2011), a identidade e a alteridade são processos indissociáveis e, no caso dos surdos, essa identidade é reprimida, mas se rebela e se afirma em relação à alteridade da identidade ouvinte. Nesse sentido, a partir dessas definições, reitera-se a necessidade de compreender melhor e inserir o discurso do movimento surdo que reivindica a consideração das características peculiares desse grupo social, pois trata-se de uma identidade subordinada que não se dilui devido ao meio sociocultural ouvinte; mas, devido às influências ouvintes, assume formas multifacetadas, que lhe impõem regras.

Como assinala Bhabha (1998), a cultura surda não se mistura à ouvinte e mantém uma relação intercultural de risco porque a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual. Sacks (2010), por sua vez, afirma que a língua de sinais representa para os surdos uma corporificação da sua identidade pessoal e cultural. Perlin (2011, p. 5), por fim, baseada nas concepções de Hall (2006), estabelece algumas categorias para as diferentes identidades surdas, as quais são apresentadas a seguir:

- 1 – Identidades Surdas – São identidades fortemente marcadas pela militância política e pelo específico surdo, se referem aos surdos que fazem uso da experiência visual e assumem uma posição de resistência;
- 2 – Identidades Surdas Híbridas – São os surdos que nasceram ouvintes e com o tempo tornaram-se surdos. É uma adequação de identidades de acordo com a variação dos contextos. Nascer ouvinte e posteriormente ser surdo é ter sempre presentes as duas línguas, mas a sua identidade vai ao encontro das identidades surdas;
- 3 – Identidades Surdas de Transição – Estão presentes na situação dos surdos que foram mantidos sob a hegemonia da experiência ouvinte e que passam para a comunidade surda, como geralmente acontece, pois a maioria dos surdos é composta por filhos de pais ouvintes;
- 4 – Identidade Surda Incompleta – Representa aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista e negam a representação surda, temendo ser ridicularizados ou estereotipados;
- 5 – Identidades Surdas Flutuantes – São os surdos que não possuem contato com a comunidade surda. Eles vivem e se manifestam sob a hegemonia dos ouvintes. Há muitos casos de surdos com a identidade flutuante, pois não conseguiram estar a serviço da comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem a serviço da comunidade surda por rejeitarem as características surdas, principalmente o uso da língua de sinais.

Considerando as características explicitadas, podemos afirmar que a identidade cultural surda se constitui a partir da experiência visual, ou seja, assim como os ouvintes estabelecem suas relações e constroem seus significados no interior da língua oral, o surdo se constitui como sujeito no interior da língua de sinais. Essas modalidades linguísticas, língua oral e língua de sinais, constituem, portanto, aspectos diferenciados de construção de identidades culturais. Consequentemente, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva multicultural a fim de compreender o processo identitário da minoria surda, que não se enquadra na norma ouvinte e que se constrói em oposição à esta.

A modalidade visual, a expressão da identidade surda e a inclusão de pessoas surdas

A identidade cultural surda se constitui, portanto, a partir da convivência dos surdos com seus pares, num movimento contínuo de percepção de semelhança com as características do ser surdo e dessemelhança com a pessoa ouvinte. Foi a partir

desse processo identitário que, ao longo da história, os surdos se agruparam e, assim, surgiu o movimento surdo que representa a luta e a resistência em prol da defesa das necessidades e especificidades dessa minoria, no sentido de rejeição a concepção de surdez como deficiência e afirmação da surdez como uma diferença cultural. Segundo Perlin e Strobel (2014), podemos refletir sobre essa questão da identidade surda a partir da perspectiva do discurso histórico-cultural, cuja compreensão do sujeito se dá por intermédio de sua pertença aos grupos, sendo esses grupos redutos de tradução da realidade através de narrativas que tornam os sujeitos participantes da história.

O movimento surdo, neste contexto, expressa a necessidade de diálogo entre os surdos e a sociedade. Trata-se de um espaço criado espontaneamente onde eles podem, à sua maneira, falar e expressar seus conhecimentos, sentimentos e percepções das coisas, das pessoas e do mundo. É um meio para que eles possam dialogar com o mundo no qual estão imersos. Os grupos de surdos se organizam a partir dos territórios historicamente estabelecidos. Eles vivem nas cidades, no campo e nos povoados periféricos interligados com outras instituições sociais, que formam redes intracomunitárias. Diante da influência da cultura majoritária ouvinte determinante na formação dessas identidades, emerge uma tendência para a consolidação da identidade cultural surda autêntica a partir da interação permanente entre pares. Esse processo de constante transformação que envolve a formação identitária dos grupos implica, por conseguinte, a necessidade da sua própria sobrevivência. Segundo Certeau (2007), do mesmo modo que a identidade, a cultura é produtiva, dinâmica, aberta e está em constante transformação, pois é construída situacionalmente em tempos e lugares particulares, os quais estão sempre em processo de formação cultural.

O movimento surdo, deste modo, reafirma a necessidade de transformar a realidade para que a identidade cultural surda possa se expressar e se desenvolver da melhor forma, pois o discurso majoritário sobre a deficiência encobre o problema da identidade e da diferença, negando a alteridade do outro sujeito. Historicamente, os discursos sobre os surdos foram proferidos por especialistas ouvintes de diversas áreas; porém, a partir da oficialização da língua de sinais, o sujeito surdo vem se apoderando de sua própria identidade e busca afirmar a sua própria história e cidadania.

O movimento surdo é impulsionado pelo diálogo que possibilita pensar a vida em busca de mais liberdade e qualidade. Skliar (2011) aponta que a existência de uma cultura surda, para muitos ouvintes, representa um desvio ou anomalia devido à influência da cultura predominante que é a oral. No entanto, atualmente, existe uma tendência de se analisar a inclusão do surdo a partir de uma perspectiva multicultural crítica, ressaltando que a escola precisa se comprometer a realizar uma crítica social, juntamente com os alunos, sejam eles surdos ou não. Nessa perspectiva, a escola precisa promover a compreensão da dissonância entre os ideais e as realidades sociais existentes, pois o autoritarismo social dissimula a divisão e procura anular a cultura de resistência desse movimento surdo. Nesta perspectiva, segundo Skliar (2011, p. 52):

A cultura representa a ordem simbólica que, por intermédio das pessoas, exprime de maneira determinada sua relação com a na-

tureza, entre si e com o poder, bem como a maneira pela qual as pessoas interpretam essas relações, sendo que a própria noção de cultura é adversa à unificação.

Em que pese o avanço no reconhecimento oficial da língua de sinais e do surgimento do paradigma sócio antropológico, a identidade dos surdos continua sendo negada ou representada como deficiente, incorporando assim todos os pejorativos atribuídos pelo senso comum. Os surdos ainda são considerados surdos-mudos, deficientes auditivos e especiais. Consequentemente, a ação discriminatória da sociedade ouvinte sobre os surdos ainda prevalece, pois a representação majoritária sobre a surdez continua ocorrendo a partir da deficiência e não a partir da diferença cultural. Portanto, partindo desses pressupostos, evidencia-se que embora o movimento surdo tenha sido fortalecido ao longo dos anos, ainda há muito que se aprimorar a respeito das políticas de inclusão destinadas aos surdos e, sobretudo, no que concerne à compreensão de como essas pessoas vivenciam a condição de surdos em suas subjetividades.

As políticas públicas inclusivas surgiram como consequência da pressão exercida pelos movimentos das minorias marginalizadas em busca do reconhecimento de suas identidades. O movimento surdo adquiriu visibilidade juntamente com os novos movimentos sociais que emergiram durante os anos 1960, considerado o grande marco da modernidade tardia. Esses movimentos convergiam contra a política neoliberal do ocidente e tinham uma ênfase cultural própria, pois apelavam para a identidade social de seus sustentadores culminando com o nascimento histórico da política de identidade, ou seja, da identidade para cada movimento. Neste contexto, surge também o paradigma sócio antropológico, que permite a análise das minorias a partir da luta política e histórica.

Os espaços sociais e a subjetividade surda

Os espaços sociais, segundo Bourdieu (2014), são os lugares onde ocorrem as práticas (*habitus*), a distribuição dos diferentes tipos de capital e, sobretudo, o posicionamento dos atores e grupos da sociedade. Diante das particularidades dos grupos de surdos, ao se considerar os aspectos marcantes da influência da cultura majoritária (ouvinte), é preciso evitar erros como a fixação em aspectos excludentes e a padronização da normalidade surda *versus* normalidade ouvinte. Isso requer a análise dos grupos de pessoas com surdez a partir da noção de que há um grupo heterogêneo, composto por diversas identidades, pois cada surdo desenvolveu-se de acordo com o seu déficit auditivo e as suas experiências socioculturais. Nesta perspectiva, a identidade surda é fragmentada ou multifacetada. De tal modo, os modelos conceituais opostos sobre a surdez tendem a criar um falso consenso de mudança, ocultando a multiplicidade e a complexidade implícita nesse campo.

Seguindo por essa linha de raciocínio, reitera-se a necessidade de analisar as representações sobre a surdez, buscando investigar a ideologia e as políticas presentes em cada uma delas, a fim de desvelar o verdadeiro sentido dessas concepções para os surdos e para a sociedade ouvinte. Destaca-se, portanto, a relevância da participação dos surdos nesse debate, visando a um redirecionamento das políticas inclusivas vol-

tadas para eles e possibilitando, assim, um melhor desenvolvimento dessa minoria no contexto inclusivo. É importante salientar também que, tal como observaram Campelo, et al. (2015), tanto os aspectos considerados negativos da surdez como a sua aceitação são elementos centrais que devem ser compreendidos como componentes da identidade surda e viabilizar a autoestima dos sujeitos e a resistência social. Por conseguinte, o discurso utilizado por eles mesmos surge como consequência de uma militância pela causa surda e também pelo ideal de pessoa surda. Consequentemente, o novo paradigma sócio antropológico permite uma construção positiva das diferenças por meio do reconhecimento e da valorização das especificidades de cada movimento.

Apesar de toda a opressão sofrida pelos surdos, eles conservaram a sua língua e seu modo próprio de viver, revelando a coesão da identidade desse grupo heterogêneo. Isso ocorreu porque a escolarização, mesmo fundamentada na metodologia oralista, promoveu a reunião desses sujeitos e, por conseguinte, a sua formação comunitária cultural e o desenvolvimento de sua subjetividade, embora de forma subversiva e marginal.

Toda a estimulação imposta ao indivíduo, de fontes internas e externas, é mediada pela consciência socialmente constituída que influencia a sua subjetividade. Segundo González-Rey (2003), a subjetividade explicita um sistema complexo que expressa, por meio dos sentidos subjetivos, a diferença de aspectos objetivos da formação da vida social em referência a comportamentos concretos nas diversas esferas da vida do sujeito. Para o autor, o sentido está nos espaços simbolicamente produzidos pela cultura, que são referências permanentes do processo de subjetivação da experiência humana, sendo impossível compreender os processos simbólicos e as emoções produzidas nesses espaços por meio de critérios padronizados e externos ao sistema subjetivo particular em que o sentido é produzido. Assim, o conceito de sentido subjetivo é fundamentado na concepção histórico-social da subjetividade, e esta se legitima por ser uma produção de sentidos subjetivos que transcende toda a influência linear e direta de outros sistemas da realidade.

A subjetividade se desdobra e se desenvolve no interior do universo de realidades e de processos objetivos que caracterizam a organização social, representando uma forma a mais pela qual essa complexa realidade social afeta as pessoas. É uma dimensão presente em todos os fenômenos da cultura, da sociedade e do homem. Os espaços sociais, por sua vez, geram formas de subjetivação que se concretizam nas diferentes atividades compartilhadas pelos sujeitos e que passam a ser, a partir de sentidos subjetivos distintos, parte da subjetividade individual de quem compartilha esses espaços.

Nesse contexto, a condição de sujeito individual atualiza-se permanentemente na tensão produzida por meio das contradições entre as suas configurações subjetivas individuais e os sentidos subjetivos produzidos em seu trânsito pelas atividades compartilhadas nos diferentes espaços sociais. A produção de sentidos ocorre na naturalização dos espaços e dos fenômenos socialmente construídos que, quando se institucionaliza, passa a criar realidades que se antecipam e se impõem aos protagonistas

das relações concretas que têm lugar em um espaço social. Desse modo, em qualquer instituição, as pessoas compartilham, no interior do espaço social instituído, uma série de códigos explícitos e implícitos em suas diversas práticas sociais, os quais se convertem em realidades socialmente aceitas. Essas realidades só serão transformadas, contudo, pela ação crítica e diferenciada dos sujeitos concretos que vivem nessa realidade e convivem com os conflitos e com as subversões à ordem instituída.

Nessa complexa relação da subjetividade individual e social, destaca-se cada vez mais a importância do fenômeno da identidade, tal como um dos processos de produção de sentido subjetivo que está na base de comportamentos sociais. Classificado por Zaballoni (2001) como um fenômeno de transação permanente entre a pessoa e o mundo, a identidade integra as ordens social e individual, e tem aspectos conscientes e inconscientes, nos quais afeto e cognição seguem unidos. Os aspectos compartilhados nos espaços sociais em que se produzem sentidos subjetivos na história de um sujeito constituem-se, em seus próprios atributos físicos e ambientais, em sentidos subjetivos que mobilizam sua produção emocional e simbólica, integrando à complexidade de elementos psicológicos constituintes de sua identidade. Com efeito, a subjetividade emerge para os sujeitos e para os grupos e adquire sentido para eles.

O reconhecimento oficial da língua de sinais, portanto, legitimou o chamado “povo surdo” ao se autorrepresentar como uma minoria culturalmente e linguisticamente diferenciada, deslocando-se do eixo da “deficiência” para o paradigma da diferença. No entanto, a inclusão ainda é um processo permeado de contradições que inviabilizam o desenvolvimento pleno dos surdos, pois ainda os mantém submetidos ao conceito excludente da deficiência. Uma compreensão mais apropriada sobre a subjetividade dos surdos pressupõe a consideração do discurso dos próprios surdos a respeito de sua condição, que neste estudo foi retratada a partir da literatura especializada. Como resultado, evidenciou-se que, mesmo sob a influência ouvinte, os surdos mantêm bem delimitadas as suas fronteiras identificatórias e culturais, tendo a língua de sinais como o principal artefato cultural. Uma vez que a influência externa sobre os surdos é um aspecto de grande relevância para as suas identidades, os surdos vão ao encontro do semelhante surdo num processo natural de identificação. Esse processo torna a convivência com outros surdos um pilar para o desenvolvimento sua própria subjetividade. Portanto, é urgente o fomento de políticas e de espaços inclusivos nos quais a diferença cultural surda possa ser reconhecida e valorizada, e não inviabilizada.

Considerações finais

A análise dos elementos que conformam a subjetividade dos surdos a partir da correlação com a identidade surda confirmou a percepção da surdez como uma diferença cultural. Destarte, ratifica-se que essas pessoas, além de uma língua de modalidade viso-espacial que os identifica, possuem também outras especificidades que constituem uma identidade cultural específica, tais como valores e comportamentos semelhantes.

No contexto atual, evidencia-se que determinadas mudanças de paradigma têm influenciado o surgimento de novas concepções sobre o sujeito surdo, bem como

a organização e o fortalecimento do movimento surdo. No entanto, essas mudanças não alcançam ainda as políticas públicas inclusivas, pois as relações de poder e de saber entre surdos e ouvintes ainda são consideravelmente assimétricas. Nesse contexto, a atuação do movimento surdo é imprescindível para a transformação desse cenário, no sentido de apontar novos horizontes que possam criar espaços para que a surdez seja reconhecida como uma diferença cultural na escola e nos diferentes espaços sociais.

Nesta perspectiva, a literatura considera que existem diversas identidades surdas, constituídas a partir da experiência sociocultural. No entanto, este artigo assume, assim como o movimento surdo, que a identidade cultural surda se refere apenas aos sujeitos que fazem uso da língua de sinais e da experiência visual. Desta maneira, as pessoas que possuem déficits auditivos, mas não apresentam mudança na modalidade comunicativa oral, não são consideradas surdas. Portanto, ressalta-se também a necessidade dessa distinção com o intuito de se manter um recorte dessa problemática, pois surdos e deficientes auditivos requerem políticas diferenciadas. O movimento surdo, em síntese, não se reconhece dentro do campo da deficiência, mas sim da luta pelo reconhecimento da surdez como uma diferença cultural em prol da desconstrução dos paradigmas excludentes. Portanto, o movimento surdo reivindica a criação de políticas públicas que possam contemplar as suas necessidades, tais como a criação de escolas bilíngues com professores surdos, didáticas e metodologias específicas, além de um currículo adaptado que contemple a cultura e a identidade surda.

Referências

- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 394 p.
- BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires: Siglo Veinte Uno, 2014.
- BOURDIEU, P. The sentiment of honour in Kabyle Society. Tradução Philip Sherrard. In: PÉRISTIANY, J. G. (Org.) **Honour and shame: the values of mediterranean society**. Chicago: University of Chicago Press, 1966. p. 192-141.
- CAMPELO, R. L.; et al. Cultura, identidade e subalternidade: um estudo etnográfico com os alunos do instituto nacional de educação dos surdos. **Revista Científica Internacional**, v. 10, n. 2, p. 71-87, 2015.
- CAPOVILLA, F. C. Desenvolvimento linguístico na criança dos dois anos aos seis anos. **Ciência Cognitiva, Teoria, Pesquisa e Aplicação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 353-380, 1997.
- DE CERTEAU, M. **El lugar del otro: historia religiosa y mística**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.
- GIAMMELARO, C.N.F.; GESUELI, Z.M.; SILVA, I.R. A Relação sujeito/linguagem na construção da identidade surda. **Educ. Soc.**, v. 34, n.123, p. 509-527, 2013.
- GONZÁLEZ-REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica**. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2009.
- MOREIRA, C.J.M.; SILVA, T.V. Educação de surdos: reflexões sobre as diferenças culturais e identitárias. **Revista Cocar**, v. 7, n.13, p. 50-58, 2013.
- PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Edição Especial, n. 2, p. 17-31. 2014.

- PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- ROSA, G. A. M. **Construção e negociação de identidade**: introdução a quem somos e a como nos relacionamos. Curitiba: Juruá, 2014.
- SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008
- TURNER, J. C.; HOGG, M.; OAKES, P. J.; REICHER, S. D.; WETHERELL, M. S. **Rediscovering the social group**. Oxford: Blackwell, 1987.
- ZAVALLONI, R. **Pedagogia Franciscana**: desenvolvimento e perspectivas. São Paulo, 2001.

Correspondência

Silvana Marques da Silva – Secretária de Educação do Distrito Federal, Centro de Ensino Médio Elefante Branco. Avenida W 5 Sul, SGAS 908, módulos 25\26, Asa Sul, CEP: 70390-080 – Brasília, Distrito Federal – Brasil.

E-mail: silvanamarques@gmail.com – beneditos@ucb.br – gabriel_marra@hotmail.com

Recebido em 03 de março de 2015

Aprovado em 12 de fevereiro de 2016